



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

326

[Assinatura]

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº 0192318-42.2012.8.17.0001
(0344808-0)**

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: ANTONIO JOSÉ GOMES E OUTROS

RELATOR: Des. ANDRÉ GUIMARÃES

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. AGRAVO NA APELAÇÃO. POLICIAIS MILITARES INATIVOS. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO CRIADA PELA LCE Nº 59/04. CARÁTER DE GENERALIDADE. VANTAGEM EXTENSIVA AOS MILITARES INATIVOS E PENSIONISTAS. OFENSA À CLÁUSULA DE RESERVA DO PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. ENTENDIMENTO PACÍFICO DESTE TIPO INEXISTÊNCIA DE ELEMENTO NOVO CAPAZ DE MODIFICAR A DECISÃO TERMINATIVA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO À UNANIMIDADE

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo Legal nº 0344808-0, figurando como Agravante o Estado de Pernambuco e como Agravados Antônio José Gomes e outros, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores que integram a 4ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade, em conhecer do recurso, mas lhe NEGAR PROVIMENTO, nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26 de setembro de 2014

[Assinatura]
Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

327
top.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**AGRAVO LEGAL NA APELAÇÃO Nº 0192318-42.2012.8.17.0001
(0344808-0)**

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: ANTONIO JOSÉ GOMES E OUTROS

RELATOR: Des. ANDRÉ GUIMARÃES

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Legal proposto pelo Estado de Pernambuco contra Decisão Terminativa proferida nos autos da Apelação nº 0344808-0, que negou seguimento ao recurso do Estado, mantendo a sentença do juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública que determinou a incorporação aos proventos dos autores da gratificação de risco de policiamento ostensivo, e condenando o réu ao pagamento das diferenças acumuladas com os acréscimos legais, respeitada a prescrição quinquenal e ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Aduz o agravante a inobservância da Cláusula de Reserva de Plenário e a ausência de direito à incorporação da gratificação de policiamento ostensivo, na medida em que é devida apenas aos servidores da ativa, visto o seu caráter propter laborem, não configurando hipótese de aumento geral.

Aponta o fato de que a matéria da gratificação de policiamento ostensivo não está pacificada no âmbito do tribunal, sendo prudente suspender os pagamentos.

Alega, a inexistência de direito à isonomia de vencimentos entre os servidores ativos e os inativos/pensionista, conforme disposição da EC nº 41/2003.

Registra, ainda, a impossibilidade de concessão do direito pleiteado pelos autores, face a inexistência de prévia dotação orçamentária e ausência de previsão expressa na lei de diretrizes orçamentárias para o pagamento pretendido, bem como a vedação a concessão do reajuste pretendido sem correspondente fonte de custeio.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

328
Top.

Pugna, desse modo, pela reconsideração da decisão terminativa ou, em assim não se entendendo, o recebimento do recurso de agravo para submissão ao crivo da Colenda 4ª Câmara de Direito Público deste Tribunal.

É o que importar relatar

VOTO DE MÉRITO

Busca o recorrente, através da interposição do presente Agravo Legal, a modificação da decisão agravada para que seja reformada a sentença do juízo a quo que julgou procedente os pedidos dos autores, determinando a incorporação aos seus proventos da gratificação de risco de policiamento ostensivo, e condenando o réu ao pagamento das diferenças acumuladas com os acréscimos legais, respeitada a prescrição quinquenal e ao pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Sustenta o agravante que este Tribunal de Justiça violou a cláusula de reserva de plenário quando afastou a incidência do art.14 da LC 59/2004, conforme inteligência do art.97 da CF/88 e e da Súmula Vinculante nº10 do STF.

Ocorre que, não há o que se falar em violação a cláusula de reserva de plenário, posto que nas decisões proferidas por este Tribunal, houve apenas uma interpretação extensiva da lei invocada. Por conseguinte, inexistente ofensa a Súmula Vinculante, nem ao art. 97 da Constituição Federal, visto não se tratar de hipótese de declaração de inconstitucionalidade.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão sobre a matéria em apreço, firmou entendimento no sentido de não reconhecer ofensa à cláusula de reserva de plenário.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. NATUREZA JURÍDICA. ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. 1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consecutariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

329
TJ

no caso (art. 102, III, § 3º, da Constituição Federal). 2. O prequestionamento da questão constitucional é requisito indispensável à admissão do recurso extraordinário, sendo certo que eventual omissão no acórdão recorrido reclama embargos de declaração. 3. As Súmulas 282 e 356 do STF dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "O ponto omissivo da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento". 4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98). 5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF). 6. O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011. (...)

Visto isso, afasto a alegação de declaração de inconstitucionalidade em violação à cláusula de reserva de plenário.

Aduz também o recorrente que a gratificação de risco de policiamento ostensivo se trata de verba de natureza condicional, variável, precária e provisória, concedida tão somente aos militares que estão no efetivo exercício de atividades especiais e de risco, ostentando, portanto, natureza **propter laborem**, não havendo incorporação de seus valores nos casos de aposentadoria ou pensão, citando como fundamento a Lei Complementar Estadual 59/04.

No entanto, razão não lhe assiste.

É entendimento pacificado nas Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça de que a gratificação de risco de policiamento ostensivo é extensível a todos os policiais militares indistintamente, sendo eles da ativa ou inativos, inclusive os pensionistas, ostentando tal gratificação caráter de generalidade, a teor da interpretação dada a LC 59/04. Vejamos.

1ª Câmara de Direito Público:

RECURSO DE AGRAVO. DIREITO ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS PENSIONISTAS. ADMISSIBILIDADE. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Este e. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco tem posicionamento pacificado no sentido de que as vantagens de natureza genérica percebidas pelos funcionários da ativa devem ser extensíveis aos inativos e pensionistas, na esteira do posicionamento da Corte Suprema de Justiça. Depreende-se, pois, que, aos pensionistas de militares falecidos, é devida a Gratificação



330
/ao

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

de Risco de Policiamento Ostensivo, já que, segundo posicionamento uníssono, possui ela caráter de generalidade, a consubstanciar tal extensão. 2. Recurso a que se nega provimento. Decisão unânime. (TJ-PE - AGV: 2890686 PE 0024902-52.2012.8.17.0000, Relator: Erik de Sousa Dantas Simões, Data de Julgamento: 08/01/2013, 1ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 09)

2ª Câmara de Direito Público:

ADMINISTRATIVO E PREVIDENCIÁRIO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÍVEL AOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. ENTENDIMENTO PACÍFICO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1 - A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Complementar Estadual nº 59/2004, por se tratar de gratificação de caráter geral, há de ser paga também aos pensionistas e inativos. No sentido posto, a jurisprudência desta Corte de Justiça e do Superior Tribunal de Justiça. 2 - Recurso de Agravo Improvido. 3 - Decisão unânime. (TJ-PE - AGV: 207964720128170000 PE 0023374-80.2012.8.17.0000, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 13/12/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 236)

3ª Câmara de Direito Público:

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO AOS PROVENTOS DOS INATIVOS E PENSIONISTAS. GRATIFICAÇÃO DE CARÁTER GERAL. ART. 40, § 7º E 8º, DA CF/88. AUTOAPLICABILIDADE. AUSÊNCIA DE AFRONTA À CLAUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. APELAÇÃO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. 1. O cerne da lide versa sobre integralização de proventos de inatividade, mais precisamente no que concerne à gratificação de risco de policiamento ostensivo. A questão é de fácil deslinde, porquanto restrita à polêmica acerca da natureza da gratificação perseguida, se propter laborem ou não. Cumpre notar que já é entendimento uníssono dos tribunais que, quando a gratificação for genérica, será extensível aos inativos e a contrário sensu, em se tratando de gratificação propter laborem, apenas terão direito ao benefício aqueles que exerceram a referida atividade. 2. In casu, a pretensão dos ora apelantes é de que haja a equiparação entre os seus proventos de inatividade e os vencimentos dos policiais militares da ativa, com fundamento no art. 40, parágrafo 7º e 8º da Constituição Federal. 3. Segundo a jurisprudência consolidada deste Egrégio TJPE, não obstante a vedação expressa no art. 14 da Lei Complementar 59/04, quanto à incorporação de tal gratificação aos proventos ou pensões dos referidos militares, ela, indubitavelmente, detém verdadeiro caráter geral, haja vista consubstanciar, na prática, e de acordo com a interpretação do seu conteúdo na norma de regência, uma vantagem inerente a todo o efetivo da PMPE em decorrência do exercício de atividade fim da Corporação. 4. De fato, a gratificação em apreço é paga em decorrência do exercício de atribuições próprias do cargo, mediante prestação de serviço em condições normais, não estando sob a dependência de aspectos individuais ou circunstâncias peculiares às atribuições funcionais dos servidores que a percebem na ativa, o que deflui da literalidade dos artigos da própria LC nº 59/04 que explicitam a estrutura da Polícia Militar do Estado de Pernambuco. 5. E não há que se falar em afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto a garantia da gratificação em apreço decorre por si só do reconhecimento do seu caráter geral, em virtude da auto-aplicabilidade da regra constitucional, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade da lei que rege a matéria. 6. A conclusão no sentido de que as atividades de "Policiamento Ostensivo" são de caráter geral para os que integram a Polícia Militar do Estado de Pernambuco igualmente se extrai da literalidade dos artigos 4º, 5º e 6º da LC nº 59/04, que conceituam, respectivamente, os grupos de "Apoio Operacional", relativo às ações de suporte aos serviços dos grupos de "Policiamento Ostensivo" (da Polícia Militar) e "Defesa Civil" (do Corpo de Bombeiros Militar); "Apoio Administrativo", vinculado à gestão administrativa da PM e CBPM e, por fim, "Apoio Assistencial e de Saúde", respeitante aos serviços médicos, odontológicos, farmacêuticos, paramédicos, veterinários e os respectivos serviços auxiliares, estas sim qualificáveis como



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

331
700.

atividades-meio e pertinentes a grupos específicos. 7. No que concerne à suposta afronta à cláusula de reserva de plenário, é certo que, malgrado o Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 678627, tenha anulado acórdão da 8ª Câmara Cível (atual 2ª Câmara de Direito Público) deste Tribunal, exarado nos autos da Apelação Civil nº 229.802-0, da Relatoria do Des. Francisco Bandeira de Mello, por entender que ele foi proferido em afronta à Súmula Vinculante nº 10 do STF, dando ensejo à arguição de inconstitucionalidade nº perante a Corte Especial deste TJPE, mantenho firme meu entendimento no sentido de rechaçar a alegação de quebra da citada cláusula, porquanto a garantia da gratificação em apreço decorre por si só do reconhecimento do seu caráter geral, em virtude da auto-aplicabilidade da regra constitucional, independentemente de qualquer discussão a respeito da constitucionalidade da lei que rege a matéria. 8. O próprio Supremo Tribunal Federal não é unânime em reconhecer a existência de afronta à cláusula de reserva de plenário, porquanto, ao julgar agravos regimentais em recursos extraordinários sobre a matéria em tela, firmou entendimento em sentido diametralmente oposto. (ARE 686995 Agr; ARE 676661 Agr) 9. Por UNANIMIDADE, deu-se provimento à Apelação, invertendo o ônus sucumbencial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Apelação nº 0298377-9, da Comarca de Recife, em que figuram, como Apelante, José Carlos Lira da Silva e OUTROS e, como Apelado, Estado de Pernambuco, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade, em DAR PROVIMENTO à Apelação Cível, tudo de conformidade com os votos em anexo, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado. Recife, 01 de agosto de 2013. Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo Relator

Nesse mesmo sentido é o entendimento do Supremo Tribunal Federal:

"A jurisprudência do STF é firme no sentido de que as vantagens de natureza genérica, concedidas ao pessoal da ativa, são extensíveis aos aposentados e pensionistas, em nome do princípio da isonomia, nos termos do § 8º do art. 40 (na redação anterior à EC 41/2003) da Magna Carta". (grifo nosso) (STF - Segunda Turma - AI 831281 PE - Relator Min. Ayres Britto - Julgado em 22/03/2011 - Publicação 104, publicado em 01/06/2011).

Resta claro, portanto, o entendimento majoritário deste tribunal a respeito do tema.

Eventual existência de decisão dissonante do posicionamento majoritário deste Tribunal não repercute no julgamento da presente lide, em face dos limites subjetivos do processo individual.

Quanto à alegação de inexistência de prévia dotação orçamentária e fonte de custeio, melhor sorte não socorre ao recorrente. Isto porque, a decisão judicial se restringe a corrigir a equivocada interpretação da LCE Nº 59/04, sem, contudo, criar uma gratificação nova, ou ainda majorar a já existente.

No mais, não deve prevalecer a alegação de inexistência de direito à isonomia de vencimentos entre servidores ativos e



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

332

inativos (Emenda Constitucional nº 41/2008), vez que a 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) no bojo do ARE 686995 AgR/PE, relator Ministro Luiz Fux, reconheceu o caráter geral da Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, sendo, portanto, extensível a todos os servidores militares, inclusive pensionistas e inativos, sob pena de afronta ao princípio da isonomia, conforme se vê abaixo:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. CARÁTER GERAL. EXTENSÃO AOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS. ANÁLISE DA NATUREZA JURÍDICA DA VERBA. IMPOSSIBILIDADE. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL. SÚMULA 280 DO STF. AUMENTO DE REMUNERAÇÃO. LEI ESPECÍFICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A repercussão geral pressupõe recurso admissível sob o crivo dos demais requisitos constitucionais e processuais de admissibilidade (art. 323 do RISTF). Consectariamente, se o recurso é inadmissível por outro motivo, não há como se pretender seja reconhecida a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso (art. 102, III, § 3º, da Constituição Federal).

2. O prequestionamento da questão constitucional é requisito indispensável à admissão do recurso extraordinário, sendo certo que eventual omissão no acórdão recorrido reclama embargos de declaração.

3. As Súmulas 282 e 356 do STF dispõem respectivamente: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada" e "O ponto omissis da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento".

4. Os benefícios ou vantagens de caráter geral, concedidos aos servidores da ativa, são extensíveis aos inativos e pensionistas, nos termos do artigo 40, § 8º, da CF (redação decorrente da EC n. 20/98).

5. A ofensa a direito local não viabiliza o apelo extremo (Súmula 280 do STF).

6. O princípio da reserva de plenário resta indene nas hipóteses em que não há declaração de inconstitucionalidade por órgão fracionário do Tribunal de origem, mas apenas a interpretação e a conclusão de que a lei invocada não é aplicável ao caso em apreço. Precedentes: ARE 676.661-AgR, Rel. Min. Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 15/05/2012; e RE 612.800-AgR, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe de 05/12/2011.

7. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM FACE DE DECISÃO TERMINATIVA PROFERIDA EM SEDE DE APELAÇÃO ART. 557, §1-A CPC. ALEGAÇÃO DE DESRESPEITO À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO INACOLHIDA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Já é entendimento pacífico no STF que os inativos e pensionistas têm direito à paridade de vencimentos com os servidores da ativa, considerando auto-aplicável tal preceito constitucional. Desnecessário, assim, discutir-se acerca da constitucionalidade do artigo 14 da Lei Complementar 59/04, inexistindo ofensa à cláusula de reserva de plenário. 2. A Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo, criada pela Lei Estadual nº 59/04, é uma vantagem com caráter de generalidade, extensível a todos os policiais militares que desenvolvam as atividades previstas no art. 2º da referida lei, e que, cumulativamente, estejam lotados na Unidades Operacionais da Corporação (Batalhões e Companhias Independentes) e nos órgãos de Direção Executiva (Comandos de Policiamento), mediante ato de designação específico, cumprindo escala permanente de policiamento ostensivo. Observa-se que as atividades previstas no art. 2º da lei em comento, abrangem as ações de segurança pública preventivas e repressivas, com vista à preservação da ordem pública interna, compreendendo o policiamento de radiopatrulha, o policiamento



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

333
60

de guarda dos estabelecimentos prisionais, das sedes dos Poderes Estaduais e dos estabelecimentos públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, o policiamento de choque e demais modalidades previstas no artigo 24 da Lei 11.328/96, compreendendo, a meu ver, todos os tipos de atividade policial, configurando o seu caráter de generalidade. Por isso, impõe a extensão aos inativos e aos policiais militares da ativa pela LC 59/04. 3. Recurso de agravo a que se nega provimento. 4. Decisão unânime."

8. Agravo regimental a que se nega provimento.(STF - ARE 686995 AgR / PE; Relator(a): Min. LUIZ FUX; Primeira Turma; Julgamento: 28/08/2012)

Assim, a decisão impugnada há de ser mantida pelo que nela se contém, visto que o agravante não logrou desconstituir quaisquer de seus fundamentos, que proponho sejam integralmente preservados.

Ante o exposto, em face da regularidade da decisão proferida, estando ela conforme os ditames legais e a jurisprudência deste Tribunal, **VOTO** pelo **IMPROVIMENTO** do presente Recurso de Agravo, ratificando os termos da decisão ora impugnada, ao tempo em que a submeto à apreciação desta Egrégia Câmara.

É como voto.

Recife, 26 de setembro de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator